

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Loreno José Maldaner

**REESTRUTURAÇÃO E REATIVAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL DA ESCOLA
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO DEUS – MUNICÍPIO DE QUINZE
DE NOVEMBRO- RS**

Santa Maria/RS
2015

Loreno José Maldaner

**REESTRUTURAÇÃO E REATIVAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL DA ESCOLA
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA MENINO DEUS – MUNICÍPIO DE QUINZE
DE NOVENBRO - RS**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Escolar, na modalidade a distância, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:
Profa. Rita de Souza Bueno

Santa Maria/RS
2015

RESUMO

O presente estudo tem como objeto a ação de intervenção para a retomada do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, no município de Quinze de Novembro – RS. A reativação deste colegiado é uma ação que traz em seu bojo o resgate da cidadania dos alunos, incentivando sua participação nos processos pedagógicos e decisórios da escola. Espera-se, desta forma, despertar o educando para a relevância da participação política como ferramenta de transformação da realidade. Assim, o estudo propõe uma série de ações em que o envolvimento discente é fundamental como exercício de cidadania, oportunizando desde espaços de debate, reflexão, escolha, até a composição do Grêmio Estudantil e avaliação do processo como um todo. Verificou-se que a realização do Projeto de Intervenção (PI) permitiu aos estudantes a consciência quanto ao seu papel na escola e na sociedade, valorizando sua participação e incentivando seu protagonismo enquanto sujeitos de suas próprias vivências.

Palavras-chave: Grêmio Estudantil. Ação. Cidadania. Reflexão.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	04
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA	08
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
3.1 DIREITO À EDUCAÇÃO.....	13
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	14
3.2.1 Democracia Participativa.....	21
3.2.2 Órgãos colegiados.....	22
3.2.1.1 Grêmios estudantis.....	23
3.2.3 Grêmios Estudantis e Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	26
3.2.4 É possível pensar no Grêmios sem a participação dos alunos?	27
4 METODOLOGIA	29
4.1 PASSOS METODOLÓGICOS.....	29
4.1.1 Quadro-resumo das ações do Projeto de Intervenção já realizadas e previstas.....	30
4.2 MÉTODO.....	31
4.3 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	31
4.3.1 Instrumentos de pesquisa.....	33
5 ANÁLISE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS	34
5.1 CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE PROTAGONISMO.....	34
5.1.1 Apresentação e análise dos resultados.....	35
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICES	41
APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados: questionário	41

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo traz como pano de fundo a retomada do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, no município de Quinze de Novembro – RS, tendo em vista tratar-se de um importante órgão colegiado, especialmente quando se discute a concretização da gestão escolar democrática.

A Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, situada na Rua Carlos Gomes nº 316, Bairro Centro, na cidade de Quinze de Novembro, RS, CEP 98230-000, foi criada em 1939, é a única escola estadual e, também, a única de ensino médio do município.

O corpo discente é composto por 220 estudantes, sendo 125 do Ensino Fundamental, 1ª a 9ª ano, de acordo com o disposto da Lei 11.274/2006 e 95 do Ensino Médio. O estabelecimento de ensino funciona nos três turnos: matinal das 7 horas e 30 minutos às 11 horas e 50 minutos; vespertino das 13 horas às 17 horas e 20 minutos e noturno das 19 horas às 23 horas.

O corpo docente é composto por 32 professores, 10 funcionários e a Equipe Diretiva, composta pelo Diretor e (03) três vice-diretores, um para cada turno.

A escola está inserida em uma comunidade de predominância de origem alemã e italiana. Economicamente depende da agricultura e bacia leiteira, comércio, com micro e pequenas empresas, sendo que o município está desenvolvendo potencial turístico. A escola possui uma boa infraestrutura física com salas aulas, salas de professores, salas de funcionários, salas para a equipe administrativa, biblioteca, sala de informática, sala de Educação Especial, sala de multimeios, laboratório de ciências, cozinha, refeitório, sanitários, acessibilidade, pracinha, quadra esportiva que está em fase de construção com colocação da cobertura.

A merenda escolar é municipalizada, sendo o município responsável pela distribuição. O transporte escolar é realizado pelo município através de parceria com o governo estadual.

Os recursos financeiros da escola são oriundos da Autonomia Financeira, FNCDE-Dinheiro Direto na Escola, Círculo de Pais e Mestres, Programa Nota Solidária, Projetos Especiais e/ou parcerias com a Prefeitura Municipal, Cooperativas e Entidades Sociais.

A escola atende seus estudantes com os seguintes projetos: os programas PSE (Programa de Saúde na Escola), PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas). A escola realiza vários projetos através do Programa a União Faz a Vida, viabilizado através de parceria com a Prefeitura Municipal e Cooperativa de Crédito - SICREDI.

O PPP fundamenta-se nos princípios que devem nortear a escola democrática, pública e gratuita:

- Igualdade de condições de acesso;
- Igualdade de condições de permanência na escola;
- Qualidade e sucesso.

Estes princípios encontram-se com o pensamento de Saviani (1982, p.63), segundo o qual, “Só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como ponto de partida e a democracia como ponto de chegada”.

Nesta mesma linha, Demo (1994, p.19) destaca que “A Qualidade não pode ser um privilégio de minorias econômicas e sociais. Este é o grande desafio na educação para todos. Qualidade implica consciência crítica e capacidade de ação, saber e mudar”.

Entende-se, neste contexto, que a Gestão Democrática é o princípio norteador da educação em suas diversas etapas.

Assim, durante seus 75 anos de fundação, a Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus sempre buscou cumprir sua grande missão, que é educar as crianças e jovens do município de Quinze de Novembro, ofertando a educação de qualidade e, assim, formando cidadãos para serem agentes transformadores no meio em que vivem.

Salienta-se que o Grêmio Estudantil Erni Schemmer destacou-se na história do educandário durante o período em que permaneceu ativo, especialmente na década de 1980, atuando de forma politizada, tendo papel relevante enquanto agremiação representativa dos estudantes.

Tendo em vista esta realidade, o foco do PI é a reestruturação e reativação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Básico Menino Deus, o qual foi discutido com a direção da escola com o objetivo de envolver neste processo alunos, funcionários, direção e professores como agentes transformadores da

participação democrática e cidadã no âmbito escolar e o fortalecimento do papel da própria escola na comunidade, através da participação dos pais e voluntários.

Com efeito, este projeto tem como objetivo geral a reestruturação e reativação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, como um meio de participação discente na vida escolar, o que favorece a formação para a cidadania, tornando-se um espaço de discussão, criação e tomada de decisão em relação ao processo escolar, bem como fortalecendo noções de respeito de direitos, deveres e convivência comunitária.

A reestruturação e reativação do grêmio estudantil objetiva, com a participação dos estudantes no grêmio estudantil, desenvolver a sua concepção de gestão democrática. Compreende, também, determinar junto aos estudantes participantes do grêmio as necessidades organizativas e reflexivas da entidade; auxiliar os alunos na organização e estruturação do grêmio e a discussão da intervenção do grêmio no Conselho Escolar e na gestão democrática da escola pública, sugerir e acompanhar as atividades de ações propostas.

Um dos principais objetivos é contribuir para aumentar a participação dos estudantes nas atividades de sua escola, organizando campeonatos, palestras, projetos e discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem – junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores – da programação e da construção das regras dentro da escola.

O grêmio estudantil representa uma importante entidade no processo de democratização da gestão da escola, na medida em que constitui um espaço de participação política discente na vida escolar, favorecendo a formação para a cidadania. A reativação do Grêmio Estudantil foi uma reivindicação dos estudantes, através da reflexão quanto ao papel dos jovens na comunidade escolar com o processo de participação política. A proposta de reativação foi apresentada à Equipe Diretiva, que apoiou o desenvolvimento do Projeto.

A escola é muito importante na vida comunitária e as ações políticas não podem ser restritas apenas ao seu espaço físico. Por isso, a criação e as ações do grêmio estudantil também não se restringem ao ambiente escolar, mas disseminam-se na comunidade, possibilitando um estreitamento e fortalecimento dos laços comunitários.

O grêmio estudantil abre espaço para a participação e articulação dos estudantes no diálogo direto com professores e direção tornando a escola mais democrática e que corresponda às expectativas de todos os envolvidos.

Esta entidade, legalmente reconhecida para representar o grupo discente, configura-se como instrumento hábil para reivindicar e externar os anseios dos estudantes. E, é exatamente neste exercício de articulação nas relações com professores, diretores e funcionários da escola que os estudantes irão iniciar o seu papel político, transformando as reclamações gerais e problemas discentes em propostas coletivas.

A experiência democrática vivenciada pelos estudantes no processo de reestruturação e reativação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus é um importante exercício no processo de formação política. O gerenciamento do grêmio estudantil e a colaboração dos demais envolvidos irão construir o processo de gerenciamento da associação estudantil.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

O Município de Quinze de Novembro possui Sistema Municipal de Ensino, criado pela Lei nº 685/2000 de 16 de Outubro de 2000, e regulamentado pela Lei nº 685/2000, de 16 de Outubro de 2000. Possui, também, o Conselho Municipal de Educação, criado pela Lei nº 105/1991 de 19 de Junho de 1991 e alterado pela Lei Municipal nº 218/1993 de 17 de Maio de 1993.

O município conta com o Plano Municipal de Educação -PME, que está em fase de finalização, tendo sido adaptado para atender às diretrizes, objetivos e metas do PNE –Plano Nacional de Educação, atualmente em vigor.

O Conselho Municipal de Educação possui atribuições consultivas, deliberativas, fiscalizadoras e propositivas, podendo assim emitir resoluções e pareceres, (funcionamento e autorizações de escolas, aprovação de Planos de Estudos, PPPs, regimento interno) definidas em Lei Municipal, possui representantes definidos em Lei Municipal nº 4.231/2012 de 20 de abril de 2012 os quais são: Professores Municipais, Estaduais, Diretores e representantes do Departamento Municipal de Educação e Desporto(DMED).

Envolvidos com a Educação, também são atuantes os Conselhos: de Alimentação Escolar (CAE), do FUNDEB, da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar e RAE – Rede de Apoio às Escolas. Todas as escolas possuem Círculos de Pais Mestres, atuantes e participativos.

Embora preconizada na Constituição Federal de 1988, e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –LDB-1996, a gestão democrática da educação por meio da implantação de políticas públicas educacionais ainda precisa avançar muito mais, principalmente nos municípios. Com a instituição de sistemas próprios de ensino, conselhos municipais de educação, conselhos escolares, eleições de diretores, grêmios estudantis, associação de pais, entre outros e também, na discussão dos projetos político-pedagógicos, planos municipais de educação e o destino dos recursos financeiros da educação.

Considera-se que as principais evidências de que o município de Quinze de Novembro caminha para a ampliação de políticas voltadas para a implantação da gestão democrática são: a criação de Sistema de Ensino próprio, a criação e atuação efetiva do Conselho Municipal de Educação com capacitação dos

Conselheiros, a construção coletiva do Plano Municipal de Educação –PME, já em sua terceira edição e a construção coletiva do Projeto Político pedagógico – PPP, de cada escola, são realizadas conferências e audiências públicas onde todos têm vez e voz perante as decisões a serem tomadas. Recentemente foi realizada a conferência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA com estudos da legislação nacional e estadual, onde foram eleitos delegados entre os estudantes para defender suas reivindicações.

Monlevade (2005, p. 20) ressalva:

A política educacional incorpora ao processo e projeto educativos a presença do Estado. Pode-se definir a política educacional como o conjunto de intenções e ações com as quais os Poderes Públicos respondem às demandas culturais e escolares da sociedade, incluindo as várias comunidades e diferentes setores sociais. A política educacional, embora abranja todos os processos educativos da sociedade, concentra seu olhar na educação formal, que acontece nas escolas e nos sistemas de ensino.

Após a Constituição Federal e a LDB, inicialmente houve uma preocupação com as questões relacionadas à democratização do acesso, da permanência e da aprendizagem, para depois focar nos aspectos relacionadas à democratização das políticas e do sistema educacional. O foco principal era o ensino fundamental.

Uma das primeiras deliberações do Conselho Municipal de Educação, após a criação do Sistema Municipal do ensino, foi a aprovação, formalização, da primeira escola municipal de educação infantil, antes creche, no ano de 2000.

Seguiu-se a construção coletiva de um Plano Municipal de Educação, de Projetos Políticos Pedagógicos, podendo-se dizer que a construção do Projeto Político Pedagógico individualizado, por escola, em 2010, foi uma conquista importante.

A educação infantil recebeu grande impulso com o ingresso do Município no Programa Pro-infância. Foi construída uma escola padrão do Programa, o que oportunizou ampliar substancialmente as matrículas de crianças de 0 a 5 anos, sendo que o Município recebeu menção honrosa do Tribunal de Contas do Estado em 2015, um dos 44 municípios gaúchos que atingiu metas na educação infantil.

A EMEF Progresso funciona em prédio novo desde 2013, a diretora e a assessora pedagógica são cargos nomeados pelo Poder Executivo. Não possui conselho escolar. Possui associação Círculo de Pais e Mestres, atuantes, cuja diretoria e ou assembleia são convocados para participarem em decisões da escola

e para determinarem a destinação dos recursos financeiros da própria entidade, bem como aqueles recebidos do FNDE, PDDE, Programa Dinheiro Direto na Escola e dos demais projetos da Escola.

Por ser um Município pequeno porte que possui apenas 4 escolas municipais de ensino fundamental (duas incompletas, duas de ensino fundamental completo, e uma escola de educação infantil e nas 3 escolas rurais a educação infantil está inserida a partir dos 3 anos de idade ou seja -maternal B), a proximidade física da equipe do Departamento Municipal de Educação e Desporto – DMED- permite que os recursos da educação sejam geridos por este órgão e as ações pedagógicas sejam também coordenadas pelo mesmo. Assim, o Plano Municipal de Educação, os Projetos Políticos Pedagógicos, os planos de estudos, os encontros de formação continuada dos profissionais da educação, a mobilização da sociedade-comunidade, o acompanhamento e avaliação das ações- atividades das escolas, entre outras são tarefas desenvolvidas pelo DMED, com a participação das escolas e das comunidades escolares.

Neste sentido, conforme Monlevade (2005, p. 20), “O plano de educação é olhar de conjunto, é a política que assume a totalidade das demandas, a cientificidade dos processos e a participação dos atores”. Com a possibilidade da participação dos cidadãos na discussão, definição das diretrizes, das políticas, e no acompanhamento da educação do município, dá-se passos importantes na democratização e na produção da gestão democrática.

A escola pública é um espaço onde a comunidade escolar tem oportunidade de exercer a cidadania e a democracia através da participação coletiva. Ações como a reestruturação e reativação do grêmio estudantil abrem espaço para a atuação mais abrangente dentro da escola e na comunidade despertando nos alunos a importância de sua formação política e social como formação e exercício da cidadania.

O grêmio estudantil, além de ser um espaço para a realização de debates, é o local onde serão tomadas as decisões coletivas fortalecendo e reafirmando seu caráter deliberativo, sendo também, o primeiro contato e forma ativa de participação do estudante no contexto social.

E, é exatamente através do grêmio estudantil que os estudantes terão este espaço de participação política, exercício da cidadania plena e consciente que servirá de preparação para que possam, no futuro, defender seus direitos e de sua comunidade.

Nas palavras de Gadotti (1994, p. 579):

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atos e autores.

Com este mesmo pensamento posicionam-se Veiga e Carvalho (1994, p. 50), quando afirmam: "O grande desempenho da escola, ao construir sua autonomia, deixando de lado seu papel de mera "repetidora" de programas de "treinamento", é ousar assumir o papel predominante na formação dos profissionais."

A escola deve ver o aluno como um ser em construção que necessita se expressar e participar dos processos de gestão escolar, de forma democrática e participativa. Neste sentido, o grêmio estudantil, representa um dispositivo legal para o exercício da atitude participativa na busca da melhoria da qualidade de ensino. Aqui, funciona, também, como um espaço de participação direta, não só dos estudantes, mas, também, da comunidade local, nas decisões referentes à educação básica.

A reestruturação e reativação do grêmio estudantil na Escola Estadual Educação Básica Menino Deus vai oferecer subsídios aos educadores, estudantes e comunidade na reflexão sobre as teorias da democracia participativa. Também, oferecerá subsídios aos educadores empenhados em uma gestão que propicie o exercício democrático desta participação. Para esclarecer melhor a falta de vivência em situações democráticas na escola, Paro (2005, p.10), afirma:

[...] no contexto de valorização da cidadania, alguns autores procuraram colocá-la não somente como uma conquista individual, mas na própria instituição, criando a figura da escola cidadã, ou seja, aquela que conhece de perto a comunidade e seus projetos e pode dar respostas concretas a problemas concretos de cada uma delas, e que pode respeitar as peculiaridades étnicas e culturais de cada região e na qual a comunidade pode avaliar de perto os resultados. Essa escola ainda está para ser concretizada, conquanto em alguns estados já existam experiências nesse sentido.

Deste ponto de vista, os grêmios estudantis representam uma ação colegiada que tem como objetivo a coordenação da participação, de forma coletiva e democrática, na construção da ação educacional dentro do contexto escolar de cada um.

O distanciamento das famílias e dos estudantes no envolvimento pedagógico demonstram a necessidade de desenvolver a sua participação através da implementação de medidas que os insiram de forma participativa e democrática na tomada das decisões.

Neste contexto, Paro (2005, p.59) destaca:

Embora nem todos apelem para uma inclinação "natural" das pessoas à não participação parece difundida no senso comum a crença em que a não participação se deve a uma espécie de comodismo sem razão de ser, próprio de nossa tradição cultural. A própria história oficial concorre de forma decisiva para a difusão e estabelecimento dessa crença, ao omitir os movimentos populares e o papel histórico desempenhado pelas lutas das classes subalternas na vida do País, como se a história fosse feita apenas pelos heróis e movimentos de iniciativa das elites dominantes. Entretanto, essa alegação de que a comunidade não participa por razões culturais ou atávicas é constantemente desmentida pelos movimentos populares que se organizam nos bairros periféricos das grandes cidades, para reivindicar creches, assistência médica, escolas, melhorias de infraestrutura urbana etc.

O Grêmio Estudantil consolida-se como o órgão máximo de representação dos estudantes dentro da escola. Na medida em que todos os alunos matriculados participam reforça-se o seu caráter democrático e participativo junto à escola, também como instrumento de mediação.

Assim, todas as ações realizadas pelo grêmio estudantil devem estar pautadas na responsabilidade e compromisso, reforçando a importância do envolvimento com todas as pessoas que fazem parte da comunidade escolar.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente seção tem como objetivo apresentar conceitos teóricos que corroborem a proposta deste constructo, ou seja, a relevância de que a escola seja, para além da teoria, um espaço de afirmação da cidadania. Assim, busca-se reforçar a relevância de conceitos como democracia e gestão democrática, a partir da visão de estudiosos dos temas.

Além disso, discute-se a relevância da participação da família na escola, mas, sobretudo, dos estudantes nos processos pedagógicos, administrativos e decisórios. Assim, reforça-se a necessidade de que os estudantes busquem seu protagonismo através do Grêmio Estudantil, um colegiado que historicamente obteve importantes conquistas e que os representa dentro de um conceito de democracia.

3.1 DIREITO À EDUCAÇÃO

A Educação abrange e define todas as áreas da vida de um ser humano. Através do processo educacional aprendemos a ler e a escrever abrindo, assim, as portas do conhecimento, além de ampliar o acesso a inúmeras possibilidades que vão definir diretamente a vida individual e coletiva. Por meio da ação educativa é que se capacita o indivíduo, cria-se a consciência quanto a direitos e deveres, valores e princípios que devem nortear a vida, a família e a sociedade onde se insere. Muito além do que se possa imaginar, a educação afeta a qualidade de vida do cidadão em todas as áreas.

Além disso, é um processo que visa levar o indivíduo ao progresso, ao pleno desenvolvimento de suas capacidades inatas e adquiridas. Mas este processo necessita de uma parceria com a família e os demais profissionais que se relacionam de forma direta e indireta com o estudante é que vai ser o diferencial na sua formação.

De acordo com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), em seu artigo 205, define-se:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

No entanto, é importante que a sociedade incorpore este conceito, entendendo a educação como uma ferramenta a alavancar todo o processo de desenvolvimento do indivíduo, possibilitando, ainda, a promoção pessoal, social e econômica da pessoa.

Dada sua importância no desenvolvimento do indivíduo, é relevante conhecer a educação a partir de suas etapas. Conforme Cury (2000), a educação é vista como uma árvore, sendo a educação infantil a raiz, o ensino fundamental o tronco e o ensino médio o acabamento, numa visão holística que constitui a “base” – daí o termo Educação Básica. Para o autor, a educação básica é tida como um princípio conceitual e abstrato, ajudando a reorganizar o sistema em novas bases e a administrá-lo por meio de uma ação política consequente, pois traduz uma nova realidade.

Neste sentido e com vistas à garantia de um direito pleno, a formação inicial de professores e gestores deve ser de qualidade e continuada. Pelo mesmo motivo, a participação dos pais, funcionários, estudantes, professores, gestores e comunidade é fundamental para um processo educacional de sucesso. À medida que nos relacionamos com outras pessoas, somos todos educadores e educandos, pois ensinamos e aprendemos trocando experiências.

A gestão democrática expressa um anseio de crescimento de todas as pessoas envolvidas no processo educacional, seguindo os princípios de impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo, representatividade e competência. Acredita-se que a educação esteja no caminho certo, uma vez que cada vez mais está envolvendo a comunidade escolar.

Gestão Democrática expressa o crescimento da sociedade, cada vez mais igualitária e justa.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Gestão Democrática é o princípio norteador da educação em suas diversas etapas na Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, que durante seus 75 anos de fundação, sempre buscou cumprir sua grande missão, que é educar as crianças e jovens do município de Quinze de Novembro ofertando a educação de qualidade e, assim, formando cidadãos para serem agentes transformadores no meio em que vivem.

A reativação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Ensino Básico Menino Deus foi amplamente discutido com os gestores da escola com o objetivo de envolver neste processo o corpo discente, funcionários, direção e professores como agentes transformadores da participação democrática e cidadã no âmbito escolar e o fortalecimento do papel da própria escola na comunidade, através da participação dos pais e voluntários.

É exatamente isto que a gestão democrática pressupõe, a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários – em todos os aspectos da organização da escola. A participação recai diretamente nas etapas da gestão escolar, como o planejamento, a implementação e a avaliação, tanto na construção do projeto e processos pedagógicas e, também, nas questões de natureza burocrática.

Além disso, conforme Veiga (2013, p. 160-161), “A escola é um espaço em que se desenvolvem as relações entre indivíduos de diferentes culturas e onde também ocorrem comportamentos, tradições, costumes, ideias, opiniões, valores, expectativas, anseios, rotinas, entre outros”. Por apresentar tal diversidade, constitui-se em um espaço de ricos aprendizados e experiências, dentro de três dimensões sugeridas pela autora: epistemológica, praxiológica e política, consagrando a escola como um espaço relacional.

Neste aspecto, o processo de implantação da gestão democrática e da autonomia na escola pública tem a função de organizar e articular recursos materiais, mobilizar ações humanas no sentido da construção dos processos sócio educacionais nas escolas, voltados para a formação dos sujeitos. A autonomia é o elemento fundamental para a concretização da gestão democrática escola. A organização e articulação dos recursos materiais é feita com a contribuição de todos os envolvidos para a promoção de uma educação democrática, a participação de toda a comunidade escolar na tomada das decisões.

A descentralização ocorre através da elaboração e da execução conjunta da administração, da tomada das decisões e das ações. Conforme Souza (s/d., p. 01):

A escola vista como uma organização social, cultural e humana requer que cada sujeito envolvido tenha o seu papel definido num processo de participação efetiva para o desenvolvimento das propostas a serem executadas. Neste contexto, o gestor é um dos principais responsáveis pela execução de uma política que promova o atendimento às necessidades e anseios dos que fazem a comunidade escolar.

Através da participação de todos os envolvidos no dia a dia da escola, como a tomada de decisões e ações conjuntas, professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, enfim, a comunidade escolar participa de projetos na escola.

Assim, para concretizar a gestão democrática da escola é necessária a descentralização das decisões, a participação de todos os envolvidos e a transparência das decisões e ações.

A construção da gestão democrática na escola transforma a forma da organização escolar, a formação do sujeito e as relações que se estabelecem no interior da escola.

Os principais mecanismos que constituem a gestão democrática do ensino são a descentralização administrativa e pedagógica; gestão participativa dos negócios educacionais; eleição direta e secreta para os gestores das instituições de ensino; a constituição de comissões municipais e estaduais de educação compostas para acompanhamento e atuação das políticas educativas (DRABACH, 2010), princípios defendidos, também, por Evangelista; Moraes; Shiroma (2004, p. 41):

[...] descentralização administrativa e pedagógica; gestão participativa dos negócios educacionais; eleição direta e secreta para dirigentes de instituições de ensino; constituição de comissões municipais e estaduais de educação autônomas e amplamente compostas para acompanhamento e atuação nas políticas educativas; a supressão do Conselho Federal de Educação em razão do seu caráter marcadamente privatista; os colegiados escolares que eleitos pela comunidade escolar, deveriam frear arbitrariedades perpetradas pela administração de sistema e da escola.

O processo de descentralização do poder de decisão deve criar condições necessárias para a participação dos usuários para torná-los mais efetivos. Assim, a autonomia e a descentralização são aspectos característicos da gestão democrática e que devem ser entendidos de forma associada. Desta forma, contribui-se significativamente para a construção da autonomia da escola, que é um aspecto essencial da Gestão Democrática.

Este princípio deve conduzir, também, o contexto pedagógico, sendo a liberdade mínima que a escola necessita ter para escolher os conteúdos e métodos de ensino, para não comprometer o caráter pedagógico de sua intervenção escolar:

Na gestão, o administrativo e pedagógico se conectam e estabelecem uma prática educativa capaz de intervir criativa e criticamente na formação dos sujeitos, que só pode acontecer no exercício de práticas democráticas e emancipatórias, geradoras da ação gestora menos arbitrária e

fundamentada em uma racionalidade capaz de romper com a unilateralidade da tecnocracia (LEDESMA, 2008, p.33).

A escola que se quer democrática deve, ainda, possuir autonomia para gerir seus recursos e estabelecer suas diretrizes pedagógicas e administrativas, ainda que o Estado seja o responsável por prover os recursos financeiros, administrativos e pedagógicos necessários para o funcionamento do sistema de ensino.

Por todas estas razões a gestão democrática deve ser vista como um instrumento capaz de promover a conscientização e a emancipação do papel político que cada um deve exercer na coletividade, na escola e na sociedade, pois se constituem instrumentos de transformação social. O caráter democrático se evidencia com potencial transformador não apenas na escola, mas como base de vida em todas as esferas da sociedade.

Neste contexto, a participação dos colegiados na gestão da educação, pela via direta ou representativa, na organização da sociedade e na gestão da coisa pública, compreende as diferentes naturezas destas instâncias educacionais na gestão dos sistemas de ensino e de suas escolas.

Com este pensamento busca-se construir o direito à educação que permita a apreensão da gestão escolar como expressão da prática social, bem como abordar a democracia como valor universal na construção histórica de uma sociedade mais justa e igualitária, para o que o usufruto do citado direito é um requisito indispensável. Conforme ensina Drabach (2010, p. 01):

A construção da democracia na escola está diretamente relacionada com a construção da qualidade da educação. Na prática, a gestão democrática é uma construção coletiva, que supõe mudança na forma de compreender os objetivos e fins da educação, as relações que se estabelecem no contexto escolar e a função da escola enquanto instituição social.

Com efeito, enquanto instância representativa o grêmio estudantil constitui uma importante entidade no processo de democratização da gestão da escola na medida em que constitui um espaço de participação política dos alunos na vida escolar, favorecendo a formação para a cidadania. Conforme Guedes (2011), na esteira das transformações políticas que vêm acontecendo e que demandam o protagonismo juvenil, a participação política é fundamental.

Uma condição necessária, dentre outras, a ser construída pela sociedade durante o processo de reformulação do ensino médio, é a participação política espontânea e institucionalizada dos alunos, na reestruturação pedagógica e curricular e nos colegiados escolares. Os discentes devem ser considerados imprescindíveis no processo de democratização da escola (GUEDES, 2011, p. 05).

Isso porque a escola é muito importante na vida comunitária e as ações políticas não podem ser restritas apenas ao seu espaço físico. Por isso, a criação e as ações do grêmio estudantil também não se restringem ao ambiente escolar, mas disseminam-se na comunidade, possibilitando um estreitamento e fortalecimento dos laços comunitários.

É através do grêmio estudantil que se abre espaço para a participação e articulação discente no diálogo direto com professores e direção, tornando a escola mais democrática e que corresponda às expectativas de todos os envolvidos. Sposito (1999), ressalta que chamar o jovem a participar politicamente do contexto escolar não é uma tarefa fácil:

Retomar a reflexão sobre a escola a partir do ângulo dos atores coletivos juvenis exige um breve olhar sobre a dificuldade que a condição estudantil apresenta para a constituição de práticas coletivas, sobretudo para aquela parcela que, do ponto de vista de sua origem de classe, só recentemente teve acesso ao sistema de ensino regular (SPOSITO, 1999, p. 17).

Tendo em vista essa realidade, este colegiado, legalmente reconhecido para representar os estudantes, configura-se como instrumento hábil para reivindicar e externar os seus anseios. E, é exatamente neste exercício de articulação nas relações com professores, diretores e funcionários da escola que os estudantes irão iniciar o seu papel político, transformando as reclamações gerais e problemas em propostas coletivas.

A experiência democrática vivenciada pelos estudantes no processo de reestruturação e reativação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus é relevante do ponto de vista da formação política, social, ética. O gerenciamento do grêmio estudantil e a colaboração dos demais envolvidos irão construir o processo de gerenciamento da associação estudantil.

A participação política dos jovens deve ser institucionalizada nos organismos escolares com a anuência dos discentes; até mesmo definida nos estatutos existentes e no projeto político-pedagógico da escola. Dessa forma, os alunos começam a interagir e compreender a organização e os

processos de participação política representativa na escola e nas instituições políticas formais da sociedade brasileira (GUEDES, 2011, p. 05).

A escola é um espaço público de educação, por isso possui um papel estratégico na comunidade. É um espaço que pertence a todos que o usam. A gestão democrática da escola é um preceito constitucional. Em seu artigo 206, quando a Constituição Federal estabelece os “princípios do ensino”, inclui, entre eles, no Inciso VI, a “gestão democrática do ensino público”, princípio este retomado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Enquanto bem público, a escola requer a participação da família e da comunidade na sua gestão. Através da educação são estabelecidas as relações entre unidades e famílias/comunidade, onde são consideradas e valorizadas as experiências das crianças, seus hábitos e sua cultura. Os momentos de interação entre as famílias, funcionários, professores, gestores e comunidade são importantes neste processo, pois representam possibilidades de compartilhar e vivenciar experiências, debater a respeito de diferentes assuntos, enfim, perceber as potencialidades do trabalho desenvolvido com as crianças.

Compreendemos que a democratização da escola está inserida num projeto mais amplo de mobilização da sociedade, inclusive, seletivamente do Estado capitalista (garantindo o direito das maiorias excluídas do processo democrático), objetivando: diminuir a excessiva concentração de renda brasileira, portanto, a miséria e o desemprego juvenil; incentivar a cultura de participação política dos indivíduos nos diferentes fóruns públicos (grêmios, sindicatos, associações de bairro, entidades estudantis representativas, etc.); melhorar o nível de escolaridade da população, do acesso a cultura, lazer e a esporte; dentre vários outros aspectos (GUEDES, 2011, p. 06).

O conhecimento teórico não cabe às famílias, mas estas devem participar de reuniões pedagógicas, conselhos, eventos, comemorações, oficinas, mostra de trabalhos das crianças. Cai, aqui, o antigo conceito que restringe a participação das famílias e da comunidade apenas quando são chamados pelos gestores para resolver algum problema relacionado ao comportamento do aluno ou notas.

Na Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, a participação popular e a gestão democrática fazem parte das pedagogias participativas. A participação popular é muito positiva porque incide diretamente no aprendizado do aluno. Não há como melhorar a qualidade da educação sem a participação popular e

a gestão democrática, visto que são pressupostos da própria aprendizagem. Com a interação entre pais, comunidade, funcionários, professores, gestores e estudantes serão formados cidadãos para participar, com responsabilidade, do destino de seu país. Conforme Guedes (2011, p. 07):

Se pensarmos a realidade dialeticamente, a escola é um desenvolver infinito de acontecimentos; alunos, professores, diretores, merendeiras, todos são protagonistas coletivos em um dado momento. Por exemplo, uma reunião para organização do projeto político-pedagógico da escola tem a possibilidade de ser constituída por uma multiplicidade de acontecimentos, todos os indivíduos envolvidos, podem ter vez e voz, sendo ciclicamente protagonistas.

A escola, em conjunto com o Círculo de Pais e Mestres, promove festividades durante o ano letivo como forma de integração. Os pais e comunidade participam da gestão escolar através dos conselhos, RAE, eventos esportivos, feiras, peças teatrais, reuniões, festas e outros eventos como forma de participação democrática. A escola mantém abertas suas portas, trazendo a comunidade e a família para usar suas instalações e partilhar sua gestão. Isto porque quanto mais a população participa da vida da escola, mais se sente responsável por ela e entende que o local público deve necessariamente ser tratado com a mesma atenção e dedicação que o espaço particular, conforme destaca Drabach (2010, p. 01):

O processo de construção da gestão democrática provoca uma mudança significativa no papel do sujeito dentro da instituição escolar. Este se sente parte do processo e corresponsável com as práticas que acontecem no interior da escola.

Esta participação da comunidade ocorre porque a escola mantém o portão destrancado e, assim, está sempre aberta para a participação de todos. Muitas vezes, a comunidade participa da conservação do prédio escolar. Não ocorrem depredações ou pichações na escola, porque estudantes e comunidade não são excluídos da vida escolar, que é um bem público, patrimônio de todos.

A Gestão Democrática da Escola pressupõe a participação de todos os segmentos envolvidos. Esta participação ocorre plenamente através do Conselho Escolar, onde gestores, professores, funcionários, estudantes e pais auxiliam na construção do Projeto Político-Pedagógico da escola. Este modelo de gestão é uma das bases da qualidade da educação e prática efetiva da cidadania na formação dos estudantes como indivíduos para a sociedade, pois fundamenta-se na autonomia. A

autonomia é necessária para exercer uma gestão democrática e, assim, educar para a cidadania. Enfim, a gestão democrática do ensino público passa pela sala de aula, pelo projeto político-pedagógico e, finalmente, pela autonomia da escola. A Proposta político-pedagógica na gestão democrática deve ser de acordo com a realidade de cada escola e sua elaboração deve ser coletiva.

O município de Quinze de Novembro, por sua vez, evidencia a ampliação de políticas voltadas para a implantação da gestão democrática através da criação do Sistema de Ensino Próprio; a criação, implantação, atuação e capacitação dos membros do Conselho Municipal de Educação; a elaboração coletiva do Plano Municipal de Educação –PME, que se encontra em sua terceira edição e, também, através da construção coletiva do Projeto Político Pedagógico –PPP, de cada uma das escolas.

Também são realizadas no município audiências, fóruns e conferências públicas, nas mais diversas áreas de abrangência da educação, onde ocorre a participação de todos os segmentos envolvidos e, especialmente, escolas municipais, estaduais e de educação infantil. Como exemplo, pode-se citar: Conferência Municipal de Educação, Conferência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA, entre outras.

Nestes espaços democráticos de discussão de políticas públicas, gestão e participação todos podem participar e se manifestar.

3.2.1 Democracia participativa

A democracia participativa pressupõe a gestão democrática da escola através da interação entre os diversos segmentos da comunidade escolar. O grêmio estudantil, como instância colegiada, insere-se como parte integrante nos processos de gestão democrática escolar.

Não há como pensar em gestão democrática sem a participação das instâncias colegiadas. O processo de democratização da escola necessita da participação dos estudantes acerca destas discussões. Neste processo, é necessária a consciência da importância da construção e manutenção da democracia. A participação do grêmio estudantil favorece, fortalece e permite a construção desta democracia participativa.

As vantagens da implantação da democracia representativa na escola são muitas. Ressalta-se que os jovens quando iniciam a consolidação de sua identidade

como cidadão, iniciam o processo coletivo de escolhas e decisões, consolidando, também, sua vida política.

A participação no grêmio estudantil incita os jovens a exercerem e dominarem atividades formais, que são imprescindíveis para o encaminhamento bem-sucedido de seus projetos de vida. Isto porque a atuação dos jovens na democracia participativa da escola abre possibilidades de participação nos diversos setores da sociedade como sujeitos ativos na resolução de problemas sociais, nas práticas sociais e políticas de um modo geral.

A participação através do grêmio estudantil valoriza a formação de lideranças e a autonomia dos estudantes. É necessário que a comunidade escolar motive e promova a participação dos alunos no grêmio.

3.2.2 Órgãos colegiados

Os órgãos colegiados escolares são instâncias que, segundo Prais (2010, p. 23) cumprem funções “deliberativas, consultivas, de monitoramento e avaliação das ações da gestão escolar”. Assim, entende-se que se trata de ferramentas essenciais na representação de interesses coletivos, seja de pais, alunos, funcionários, professores e comunidade escolar como um todo.

Por sua representatividade coletiva, os órgãos colegiados atuam nas tomadas de decisão, desempenhando papel fundamental na concretização da gestão democrática. Conforme Prais (2010, p. 32):

Nesse sentido, o colegiado deve ser entendido como órgão garantidor da gestão democrática da escola tanto nos assuntos administrativos, pedagógicos e financeiros como nas formas do relacionamento da escola com a sociedade e com os órgãos superiores da administração educacional e não, como alguns pensam, como auxiliar de direção visando apenas respaldar as suas decisões.

Verifica-se, conforme o exposto, que os órgãos colegiados destacam-se no contexto da gestão escolar pela sua relevância, ultrapassando os muros da escola e atuando na comunidade e no entorno mais amplo, quando necessário.

Em se tratando de contexto pedagógico, as instâncias colegiadas são o Círculo de Pais e Mestres (CPM ou APM), Conselho Escolar e Grêmio Estudantil. O modelo de gestão atual sugere que todos atuem em parceria, não isoladamente, mas em permanente diálogo, para que as decisões representem a coletividade, ou seja, os interesses de todos. É neste sentido que, enquanto parceiras da escola democrática,

atuam no fortalecimento da educação de qualidade, cada vez mais inclusiva e comprometida com a cidadania.

A gestão colegiada, fundada em princípios políticos e pedagógicos, tem como pressuposto a coparticipação responsável dos representantes dos diferentes segmentos integrantes da comunidade escolar, de acordo com normas definidas em regimento próprio, objetivando a efetivação da boa governança, por meio da divisão das responsabilidades nas decisões dos rumos institucionais. Em consequência, a sua prática educa os que dela participam – educadores, alunos e pais – elevando seus níveis de formação intelectual, técnica e política, a fim de que todos assumam o papel de corresponsáveis pelo projeto educativo da escola (PRAIS, 2010, p. 34).

Ao adotar este modelo participativo, a gestão escolar passa a ser feita de forma descentralizada, onde o gestor não é o único a opinar, mas em um processo dialógico, em conjunto com os demais partícipes do processo, constrói os melhores caminhos a seguir.

Deste modo, fortalece a autonomia e força do projeto político-pedagógico, pois reflete um contexto coletivo, legitimado pela participação, visão esta corroborada por Veiga (1998, p. 25): “A criação de instâncias colegiadas é importante para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas propostas no projeto político-pedagógico”.

Conforme o foco deste projeto de intervenção, o órgão colegiado em destaque é o grêmio estudantil, cujo conceito, objetivos e funções serão descritas na próxima seção.

3.2.2.1 Grêmio estudantil

A construção da gestão escolar democrática passa, necessariamente, pela participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar e, neste contexto específico de estudo, dos alunos. Isso deve ocorrer de modo organizado, através da representação política do grêmio estudantil. Galina e Carbello (2008, p. 32) afirmam que esta Instância “[...] deve representar a vontade coletiva dos estudantes e promover a ampliação da democracia, desenvolvendo a consciência crítica”. Além disso, representa importante “[...] estratégia de atuação e intervenção nos processos decisórios da escola, constituindo-se em ambiente de promoção e formação de lideranças” (SEMPREBOM; RIBEIRO, 2008, p. 03).

O grêmio estudantil tem sua origem no Movimento Estudantil, através da União Nacional dos Estudantes, entidade cuja força política destacou-se na história política brasileira.

Ao longo do tempo a história registrou diversos acontecimentos nos quais os estudantes tiveram papel central. Estando à frente em campanhas assistenciais e sociais, tomando partido em discussões políticas, o Movimento Estudantil foi atuante, antes mesmo da criação da UNE (União Nacional dos Estudantes) em 1937 e de sua legalização em 1942, pelo então presidente Getúlio Vargas (SEMPREBOM; RIBEIRO, 2008, p. 5).

A UNE desempenhou relevante atuação na luta pela democracia, contra a ditadura e em favor da organização estudantil. Chegou a perder força na década de 1960, quando por força do regime político vigente, passou a atuar como um ramo do ministério da educação, com limitada atuação e praticamente nenhuma representatividade. Este cenário permaneceu até a década de 1980, quando os movimentos pró-democracia ganharam relevo no país:

Foi nesse contexto de avanços e retrocessos na luta pela democracia que o Movimento Estudantil alcançou respaldo legal por meio da Lei Federal 7398/85 que garantiu a organização autônoma dos estudantes do Ensino Fundamental e Ensino Médio, por meio do grêmio estudantil (GALINA e CARBELLO, 2008, p. 07).

O texto legal deixava entrever o poder político deste órgão colegiado:

Art. 1º Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus² fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais (BRASIL, 1985).

Conforme pode-se verificar, este período representou a retomada da responsabilidade política dos estudantes no contexto escolar e social. Nota-se, também, que o grêmio estudantil fomenta a formação de lideranças e a busca legítima por direitos, contribuindo enormemente com o processo de formação da cidadania, em um contexto em que os jovens parecem alienados da vida política, conforme verifica-se em Sposito (1999):

Por outro lado, os segmentos juvenis têm sido caracterizados, nas últimas décadas, pela extrema acentuação de seus traços individualistas, pela apatia política e pelo desinteresse nas relações com a esfera pública; seriam os jovens, assim, apenas a expressão radical de uma sociedade que esgotou as modalidades públicas da construção de sujeitos e atores, voltando-se sobre

si mesma, em um momento de exacerbação da esfera íntima e de interesses de natureza individualista.

Neste contexto, conforme Diniz (2010, p. 18), pode-se entender o grêmio estudantil como ferramenta essencial no resgate da cidadania e compromisso com a esfera pública, sendo:

[...] uma organização do corpo discente dentro do ambiente escolar, cuja atuação vai além deste. Acerca de seu conceito na realidade brasileira, pode-se afirmar que este, segundo a Lei nº 7.398/85 (também chamada de "Lei do Grêmio Livre Estudantil"), é concebido como uma entidade autônoma representativa dos interesses dos estudantes pertencentes a uma mesma escola, independente de estarem cursando o Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Além disso, tal entidade não necessariamente deve se prender às questões educacionais, o que torna o Grêmio Estudantil um possível organizador de eventos culturais, cívicos, sociais e esportivos.

A partir desta definição, verifica-se que esta instância atua amplamente, mas de modo mais recente, vem sendo cada vez mais convidado a atuar diretamente nas decisões da escola, em conjunto com o corpo gestor, CPM e Conselho escolar. Neste aspecto, assume um formato politicamente maduro e comprometido com as ações promovidas pela escola e em seu entorno, com um papel cada vez mais relevante na representação estudantil, conforme verifica-se no Caderno Grêmio Em Forma (2004, p. 04):

O Grêmio é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

Diniz (2010, p, 23), orienta sobre a criação do grêmio estudantil:

Para criar um grêmio estudantil, o corpo discente de um estabelecimento de ensino deve reunir-se em assembleia geral para aprovar um estatuto e eleger seus representantes, o que, como dito anteriormente, deve-se fazer por voto secreto. O grêmio assim instituído torna-se não só um meio de organização dos estudantes, mas também um órgão de representação destes diante da diretoria e do colegiado da escola.

Neste processo, é importante que os atores tenham ciência quanto aos passos a serem seguidos na constituição de um grêmio estudantil, conforme orienta o Caderno Grêmio Em Forma (2004).

Em primeiro lugar, é preciso informar a direção quanto à intenção de formação da agremiação, reunir alunos interessados no projeto e constituir a comissão pró-grêmio, a qual deve elaborar uma proposta de estatuto, que será debatida e aprovada em assembleia geral.

Depois, a comissão convoca a assembleia, onde define-se o nome do grêmio, o período de campanha das chapas, a data das eleições, a aprovação do estatuto e definem-se os membros da comissão eleitoral.

O terceiro passo consiste na campanha propriamente dita, em que as chapas se formam e apresentam suas propostas à comunidade escolar. A seguir, procede-se à eleição, por meio de voto secreto, sendo a contagem feita pelos representantes das turmas; o resultado deve ser registrado em ata, cuja cópia é encaminhada à direção escolar. A comissão finaliza este processo com a cerimônia de posse dos eleitos.

Trata-se de um procedimento organizado, em que se exercita muitas potencialidades, mas acima de tudo evoca-se o conceito de democracia, dados os moldes que segue.

Quanto aos objetivos do grêmio estudantil, estes devem ser construídos através da participação dos estudantes, partindo do pressuposto básico de cumprir os seguintes:

[...] melhorar a qualidade de vida e da educação dos alunos da referida unidade escolar sem qualquer distinção de raça, credo político ou religioso, orientação sexual ou quaisquer outras formas de discriminação, estimulando o interesse dos alunos na construção de soluções para os problemas da escola supracitada, contribuindo para formar, assim, cidadãos conscientes, participativos e multiplicadores destes valores, sempre condizentes com a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 (CADERNO GRÊMIO EM FORMA, 2004, p. 33).

Tendo em vista o exposto, entende-se que o grêmio estudantil completa o cenário da gestão democrática, na qual devem estar representados todos os atores constituintes da comunidade escolar.

3.2.3 Grêmio estudantil e Conferencia municipal dos Direitos da Criança e do adolescente

O grêmio estudantil é uma instância colegiada e deliberativa, através da qual os estudantes se organizam de modo mais organizado visando a assegurar a defesa dos interesses e das necessidades dos alunos.

É muito importante e produtiva a participação do grêmio estudantil nas Conferências Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes. A participação pode ocorrer tanto na organização do evento como na apresentação de proposta se participação efetiva do evento. Isto porque ninguém melhor do que os estudantes podem apontar quais são suas situações vivenciadas na escola, na comunidade e município apresentando, também, possíveis soluções e eventuais serviços que possam melhorados.

É importante ressaltar que o grêmio estudantil é uma organização colegiada e deliberativa, através da qual os estudantes se organizam de forma mais concreta e sistemática. Por isso, é importante reconhecer e afirmar a formação dos seus representantes. Desta forma, é necessário que os alunos não apenas participem no âmbito da escola, mas também na comunidade. Também é necessário que estejam preparados para participar nas diversas esferas e diferentes espaços, objetivando assegurar a defesa dos interesses e das necessidades dos alunos.

Desta forma, é importante preparar os alunos e a comunidade escolar para que entendam a importância da sua participação no processo de democratização da sociedade e da escola/educação. Ressaltando que, na resolução dos problemas, a realidade escolar não pode se distanciar e muito menos ser diferente da realidade social.

É necessário que os estudantes tenham consciência que toda e qualquer decisão tomada devem ser discutidas e amplamente debatidas e que, o grêmio estudantil, como órgão colegiado deve organizar e realizar estas discussões.

Portanto, é necessário assegurar e efetivar a participação das crianças e jovens na vida política escolar, exercendo um papel de agentes protagonistas na concretização dos direitos inerentes a cada ser humano e à coletividade através da participação nos processos de decisão e de controle social.

3.2.4 É possível pensar o grêmio sem a participação dos alunos?

O grêmio estudantil constitui uma importante ferramenta de promoção da participação dos alunos na vida escolar, favorecendo a formação para a cidadania e, também, tornando-se um espaço de discussão, criação e tomada de decisão acerca do processo escolar e fortalecimento.

Assim como não existe escola sem alunos, também não é impossível se pensar em um grêmio estudantil sem a participação dos alunos. Isto porque um dos objetivos

da existência do grêmio estudantil é a gestão democrática do processo escolar, pois é a forma mais direta da participação de alunos, funcionários, professores e pais, atuando diretamente na construção de relações democráticas na resolução de conflitos.

A escola, com certeza, é um dos lugares mais importantes de nossas vidas e onde passamos muito tempo da infância e adolescência. Na escola adquirimos conhecimento, experiências e conquistas nas mais diferentes áreas de conhecimento. As ações desenvolvidas pelo grêmio possuem um caráter social relevante na formação de alunos. Nesta participação na vida escolar e da comunidade, os alunos assumem e desenvolvem o protagonismo juvenil.

Os alunos tornam-se jovens protagonistas quando se inserem na organização das ações que visam a resolução de conflitos, bem como fortalecendo noções a respeito de direitos, deveres e da convivência comunitária.

Desta forma é muito importante a participação dos alunos nas atividades da sua escola, seja na organização de campeonatos, palestras, projetos e discussões, com voz ativa, juntamente com os gestores da escola, funcionários, professores, pais e comunidade. Esta participação deve acontecer tanto na programação como na construção das regras dentro da escola.

É impossível falar em grêmio estudantil sem a participação dos alunos? A existência, os objetivos e a atuação do grêmio estudantil pressupõe a participação de alunos.

4 METODOLOGIA

Esta seção apresenta os passos metodológicos constituintes do Projeto de Intervenção, sendo a primeira etapa a estruturação do quadro de ações, que permite visualizar, de modo resumido, todos os passos dados na direção de reestruturar e reativar o Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus. Após, apresenta-se o método, sendo escolhida a pesquisa-ação, que permite ao pesquisador a participação ativa no processo.

A descrição metodológica permite apresentar o trajeto da ação empírica a partir da pesquisa descritivo-explicativa, no sentido de situar o contexto em que se deu o Projeto de Intervenção(PI).

4.1 PASSOS METODOLÓGICOS

O quadro a seguir apresenta todas as ações realizadas ao longo do presente estudo, em ordem cronológica, a fim de sistematizar e orientar quanto às ações empreendidas. Além disso, esta disposição permite que se relacione uma ação à outra.

4.1.1 Quadro 1 – resumo das ações do Projeto de Intervenção já realizadas e previstas

Meses	Atividades/Objetivos/Estratégia/Dificuldades encontradas
Janeiro/Fevereiro	Pesquisa bibliográfica com o objetivo de fundamentar as propostas do projeto; Definição do PI.
Março	Mobilização dos professores, direção e funcionários participantes com o objetivo de envolver a comunidade e conscientizá-la quanto à relevância da proposta. A estratégia implementada foi a reunião pedagógica-dialógica, sendo que não houve dificuldades.
Março/Abril/Maio	Reunião com os pais para a apresentação do PI e Mobilização dos alunos para participar das oficinas, com o objetivo de envolver e conscientizá-los quanto à relevância da proposta; Apresentação da proposta em sala de aula e convite aos estudantes para participar das oficinas, bem como da pesquisa, com o objetivo de obter dados auxiliares na estruturação das oficinas. A dificuldade encontrada deu-se em relação ao tempo, pois os estudantes acabaram postergando seu acesso ao questionário. Aplicação do questionário com os estudantes; Sistematização dos dados obtidos e análise das informações à luz da Gestão Escolar Democrática.
Junho/Julho	Organizações de apresentações artísticas: Apresentações Juninas, Dia dos Pais.
Agosto/Setembro	Processo de reestruturação do Grêmio Estudantil de forma compartilhada; Início das atividades propostas pelo Grêmio Estudantil com organizações de jogos estudantis; Baile com escolha da Rainha, princesas e Rei dos estudantes; comemorações da Semana da Pátria e Semana Farroupilha;
Outubro	Apresentações artísticas na Inauguração da Quadra coberta da escola;

4.2 MÉTODO

A Metodologia do Projeto adotada é o método de pesquisa-ação, pois tem como objetivo produzir mudanças. A consideração das dimensões pesquisa e ação contribuem significativamente na elaboração do projeto de pesquisa. Os instrumentos de pesquisa utilizados foram a coleta documental, organização e assessoramento na condução das atividades de reestruturação e reativação do grêmio estudantil.

A reestruturação e reativação do grêmio estudantil parte de discussões mais amplas sobre democracia, participação e cidadania até chegar nos detalhes da reestruturação de um grêmio, a avaliação de estatuto, gestão, entre outros.

Semelhante a toda metodologia de pesquisa, conforme Thiollent (1997), as diversas tendências ideológicas do pesquisador ou do grupo, influenciam na escolha do marco teórico, a interpretação dos resultados e as conclusões do trabalho. O maior foco está em obter as informações significativas para elaborar o projeto. Deve-se utilizar um quadro conceitual, elaborado em conjunto com os pesquisadores e atores da situação, para compor, de fato, um retrato da realidade da organização, e paralelamente realizar uma pesquisa de campo de caráter diagnóstico, através de entrevistas abertas, para detectar os principais problemas existentes (THIOLLENT, 1997, p. 75).

4.3 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Tendo em vista o foco do presente estudo, qual seja a reativação do grêmio estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, do município de Quinze de Novembro, RS, a pesquisa caracteriza-se como descritivo-explicativa, conforme Gil (2008), cujo objetivo é descrever uma experiência, e também identificar fenômenos relacionados a determinado contexto. Também é qualitativa, na medida em que pressupõe o estudo de caso.

Em linhas gerais, a metodologia de reestruturação e reativação do grêmio estudantil se divide nas seguintes etapas:

a) Elaboração do diagnóstico, a partir da identificação e contextualização da escola e da comunidade escolar, tendo como base teórica os registros sócio-

demográficos e dados constantes no Projeto Político-Pedagógico da escola onde o projeto será implementado.

b) Articulação com Secretaria de Educação e Direção da Escola para implementar o projeto de Mobilização dos alunos para participar das oficinas.

c) Apresentação da proposta em sala de aula e convite aos estudantes para que participem.

d) Definição do grupo de alunos que irá participar das oficinas.

e) Realização das oficinas. A formação parte de discussões mais amplas sobre democracia, participação e cidadania até chegar aos detalhes da formação do grêmio, criação de estatuto e gestão.

f) Suporte na reestruturação e reativação do grêmio e escolha dos integrantes da primeira gestão.

g) Acompanhamento pontual da equipe de educadores para esclarecer dúvidas e o grupo diretivo a planejar suas ações.

A proposta de reativação deste colegiado pauta-se na proposta de Moura (2010, p.10), que pressupõe:

O protagonismo juvenil tem como cerne o envolvimento dos educandos no exercício do voluntariado social, com uma prática que seria servidora, crítica, construtiva, criativa e solidária e voltada para a operacionalização de soluções imediatas.

Assim, a metodologia sistematizada é de pesquisa-ação, a qual, conforme Richardson (s/d), “visa produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa)”. Desta forma, por ser uma atividade extremamente prática, requer uma metodologia que oriente a ação correta, com vistas a obter sucesso quanto aos objetivos propostos, que representam, nas palavras de Gandin (1999), a aproximação entre a realidade existente e a realidade desejada.

A pesquisa-ação, segundo Richardson (s/d) é uma metodologia que, conquanto seja nova, encontra-se em desenvolvimento, sendo eficiente quando se trata de: buscar melhorias na prática dos participantes; na sua compreensão quanto a esta prática e; no contexto onde a prática é desenvolvida, além de: envolver e assegurar a participação dos integrantes do processo; assegurar a organização democrática da ação e; propiciar compromisso dos integrantes com a mudança.

Este formato busca assessorar os alunos na reestruturação e na reativação do grêmio estudantil. Além disso, propõe-se a formação continuada para professores e diretores, para que possam ser multiplicadores da metodologia através de encontros com alunos e voluntários e, também, na orientação dos estudantes sobre reestruturação, reativação e gestão do grêmio estudantil.

O trabalho a ser desenvolvido orientar-se-á por etapas definidas de acordo com as atividades e sua ordem. Sua função é organizar e orientar as ações em um determinado tempo, a fim de que os prazos sejam atendidos.

O cronograma deste Anteprojeto de Intervenção – Reestruturação e Reativação do Grêmio Estudantil, encontra-se planejado para ser executado num prazo máximo de 12 meses, conforme consta no Apêndice B deste trabalho.

4.3.1 instrumentos de pesquisa

Tendo em vista os objetivos propostos, o presente estudo tem como instrumentos a pesquisa bibliográfica e documental, além da pesquisa-ação, onde o pesquisador atua, em conjunto com outros atores, de modo a transformar uma realidade, que é o objeto do estudo (GIL, 2008). Para a coleta de dados foram utilizados registros a partir de entrevista não estruturada com a equipe diretiva; a partir de observações e experiências práticas do pesquisador. Além disso, utilizou-se um questionário (APÊNDICE A), que, segundo Ribeiro (2008), garante o anonimato do participante; apresenta questões objetivas e de fácil compreensão e que possibilitam a uniformidade; permite ao respondente responder com calma; apresenta um custo baixo e permite que os dados sejam agrupados por tabulação.

5 ANÁLISE DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS

A partir da aplicação dos instrumentos de pesquisa, os dados coletados foram tabulados, sendo os resultados bastante significativos no que se refere às ações implementadas, no sentido de verificar a viabilidade da reativação do Grêmio Estudantil da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, bem como a consciência dos alunos sobre este órgão colegiado.

5.1 CRIAÇÃO DE UM ESPAÇO DE PROTAGONISMO

A proposta de reativação do Grêmio Estudantil tem como objetivo oferecer aos jovens alunos um espaço de protagonismo com ação compartilhada, o qual seja uma instância representativa na defesa de seus direitos, opiniões e ações.

A proposta de protagonismo juvenil [...] pressupõe um novo modelo de relacionamento do mundo adulto com as novas gerações. Esse relacionamento baseia-se na não imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual eles devam atuar no contexto social. Ao contrário, a partir das regras básicas do convívio democrático, o jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade (COSTA, 2001, p. 26).

Educação Compartilhada baseia-se nas relações entre a escola e a família, nos ideais comuns e na divisão do trabalho de educação de crianças e jovens. A contribuição e o papel da família, gestores e educadores diante das questões problemáticas irão definir o papel de cada um nesta educação compartilhada.

A educação, através da gestão democrática, é um processo pedagógico permanente que transforma as escolas, pois vai indicar a sua direção de acordo com as aspirações dos participantes e criará condições para o alcance dos objetivos pretendidos. A gestão democrática da escola possibilita a abertura de espaços onde poderão ser discutidas as propostas de educação, bem como, projeto pedagógico.

A gestão democrática nas escolas é extremamente importante para atingir a qualidade da educação. Quanto maior a participação da família, estudantes, professores, gestores, funcionários nas atividades e decisões da escola, maiores são as chances do aluno aprender.

Tendo por base o conceito de democracia, e, neste contexto, a gestão democrática, a primeira ação realizada na escola deu-se através da mobilização dos

professores, direção e funcionários da escola, quando foi apresentada a proposta de reativação do Grêmio Estudantil. Para tanto, o espaço utilizado foi uma reunião pedagógica, na escola, em que o pesquisador evidenciou a importância deste colegiado como parte de uma gestão democrática, sendo sua proposta acolhida por todos os presentes.

A etapa a seguir envolveu os pais, os quais foram convidados a participar de uma reunião em que o aluno-pesquisador apresentou o Projeto de Intervenção (PI). Os pais presentes avaliaram a proposta de forma positiva, ou seja, não houve opinião contrária à reativação do Grêmio Estudantil.

Tendo realizado estas duas ações, foi a vez de mobilizar os alunos a participarem de oficinas preparatórias para o processo de reativação. Esta ação ocorreu através de convite nas salas de aula, ocasião em que o aluno-pesquisador destacou os objetivos e relevância do Grêmio Estudantil. Desta ação, resultou a inscrição de 65 alunos para a realização das oficinas.

A fim de estabelecer a relevância e viabilidade de reativar este colegiado, aplicou-se um questionário (*online*, disponibilizado no *googleforms*) aos alunos inscritos nas oficinas, cuja tabulação e análise dos resultados passam a ser apresentadas na sequência.

5.1.1 Apresentação e análise dos resultados

Os questionários foram disponibilizados no *googleforms* (acesso: www.google.com/Forms), aplicativo que permite a participação dos respondentes, registrando também a data e o horário em que foi feito o acesso.

Em primeiro lugar, buscou-se saber se os respondentes sabiam o que significa o Grêmio Estudantil. As respostas registraram 70,8% de respostas positivas, correspondendo a 46 estudantes; 29,2% (19 respondentes) manifestaram não ter conhecimento sobre este colegiado. Este dado revela a importância de que os estudantes participem das oficinas, pois mesmo que a maioria considere-se ciente do significado do Grêmio Estudantil, há aspectos que merecem atenção, pois dependem de conhecimento específico, tais como a elaboração do estatuto, os limites de ação do colegiado e as suas possibilidades.

A pergunta seguinte, “Você acha que o Grêmio Estudantil pode fazer a diferença na escola”, obteve resposta positiva de 62 estudantes (95,4%), enquanto

apenas 3 manifestaram-se negativamente (4,6%). As respostas indicam a consciência dos estudantes quanto ao seu protagonismo e relevância na participação efetiva da vida escolar. Também permitem entender que os estudantes querem implementar suas ações, lutar por seus direitos, enfim, ser representados por um colegiado como o Grêmio Estudantil.

O item seguinte questionou quanto às ações necessárias para fazer parte do Grêmio Estudantil; os escores foram os seguintes: escutar o outro (2 estudantes – 3%); organização (7 respondentes – 10,6%); responsabilidade (10 respondentes – 15,2%); criatividade (14 respondentes – 21,2%); boas ideias (15 respondentes – 22,7%); atitude (tomar providências) (18 respondentes – 27,3%). A opção “responsabilidade” não foi assinalada, bem como não houve o registro de sugestões no campo indicado. Num universo de 60 indivíduos, verifica-se a heterogeneidade nas opiniões, levando a acreditar que, somadas, representam o desejo de todos os estudantes. Esta diversidade é importante, uma vez que forma um conjunto de ações importantes a serem desempenhadas pelo Grêmio Estudantil. O conceito a ser trabalhado, nesta questão, é a responsabilidade, uma vez que o protagonismo, especialmente de caráter representativo, requer o comprometimento e a responsabilidade quanto às ações a serem desenvolvidas.

Questionados quanto ao que pensam ser mais importante para formar o Grêmio Estudantil, os respondentes manifestaram-se conforme segue: 7 (10,6%) apontaram “garantir a participação dos alunos”; para 18 estudantes (27,3%), o mais relevante é “Discutir sobre a escola e temas escolhidos”; 20 (30,3%) indicaram “Valorizar a participação dos alunos”; 21 (31,8%) acreditam que “Desenvolver projetos” seja a ação mais relevante. Nesta questão, também não houve sugestão por parte dos respondentes. A polarização nas respostas, novamente é um elemento agregador, já que podem formar um conjunto rico de ações a serem implementadas pelo Grêmio Estudantil.

Quanto à questão “Você acha que o Grêmio Estudantil deveria existir na escola?”, os números apontam 61 respondentes favoráveis (95,3%) e os demais contrários (4,7%). A este respeito, mesmo havendo a maioria favorável, é importante saber por que alguns estudantes são contrários à existência deste colegiado, buscando conhecer suas opções para a participação e representação discente.

As respostas à questão “Você acha que um grupo de alunos pode fazer a diferença na escola?”, 62 (93,9%) acreditam nesta possibilidade, enquanto que os

6,1% restantes responderam negativamente. Novamente evidencia-se o senso de protagonismo juvenil, o que merece ênfase, pois em âmbito geral, a participação política do jovem revela-se pouco significativa. Conforme já abordado nesse estudo, o modelo de protagonismo juvenil está mais relacionado à cultura (movimentos como o *rap*, por exemplo), à arte (*grafite*) e participação em ONGs, através de voluntariado. A cena política apresenta-se carente da presença jovem e o Grêmio Estudantil pode ser uma estratégia positiva para que ele ocupe este espaço.

Na sequência das perguntas, 98,4% dos estudantes acreditam que a escola necessita de um bom grupo discente, e apenas 1,6% opinou negativamente (1 aluno, apenas). Conforme as respostas, este grupo teria a responsabilidade de: valorizar talentos diferentes (6 alunos – 9,2%); concretizar a participação discente nas ações escolares (8 alunos – 12,3%); colocar em prática as propostas dos estudantes (14 alunos – 21,5%); promover melhorias na escola (16 alunos – 24,6%); desenvolver ideias para melhor organização da escola (20 alunos – 30,8%). Neste item, 1 respondente (1,5%) sugeriu outras ações. O quadro de opiniões diferentes vai ao encontro da elaboração de um colegiado atuante e que represente os interesses dos alunos, sendo eles os mais variados.

Os estudantes acreditam que é necessário melhorar na escola: respeito aos funcionários (1 aluno – 1,6%); acessibilidade (2 alunos – 3,1%); 4 alunos apontaram como deficiência a segurança (6,3%); 4 alunos indicaram a necessidade de carteiras novas (6,3%); para 8 alunos há a necessidade de reformas no prédio (12,5%); 8 alunos assinalaram o respeito aos professores (12,5%); a refeição deve ser melhorada segundo 9 respondentes (14,1%); a divulgação de projetos na escola necessita de melhorias segundo 12 respondentes (18,8%); 16 alunos indicam que o comportamento dos alunos deve ser melhorado (25%). Não houve sugestões além das alternativas propostas, no entanto, verifica-se a consciência cidadã através das sugestões apontadas.

O levantamento de dados a partir do questionário permitiu ao aluno-pesquisador delinear as ações futuras dentro do cronograma estabelecido, quais sejam, a realização de oficinas; estruturação e organização do Grêmio Estudantil e início das atividades pelo colegiado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 7.398 de 04 nov. 85**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes d 1º e 2º graus e dá outras providências. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1985.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases**. 1996.

CADERNO GRÊMIO EM FORMA. 3 ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2004. Disponível em: <http://www.etepb.com.br/arg_alunos/downloads/gremio/caderno_gremio_estudantil.pdf> Acesso em 25 jul., 2015.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **O protagonismo juvenil passo a passo**. Um guia para o educador. Belo Horizonte: Universidade, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DEMO, P. **Pesquisa e Construção do Conhecimento**: Metodologia científica no caminho de Habermas. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1994.

DINIZ, B.; RIBEIRO, D. **Grêmios estudantis**. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CD-ROM. Disponível em: <http://www.gestrado.org/pdf/34.pdf> Acesso em 22 jul. 2015.

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONAE, 2010.

DRABACH, Nadia Pedrotti. **Gestão democrática**: a construção da mudança na escola. Disponível em: <<http://www.partes.com.br/educacao/gestaodemocratica.asp>> Acesso em 24 jul. 2015.

EVANGELISTA, Olinda; MORAES, Maria Célia Marcondes; SHIROMA, Eneida Oto. Política Educacional. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Gestão democrática e qualidade de ensino**. 1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público, 28 a 30 de julho de 1994 - Minascentro, Belo horizonte – MG.

GALINA, Irene de Fátima; CARBELLO, Sandra Regina Cassol. **Gestão democrática e instâncias colegiadas**. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves et al. (Org.). Gestão escolar. Maringá: Secretaria de Estado da Educação do Paraná; Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 10 ed. Edições Loyola: São Paulo, 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, Gilmar Barbosa. **Aluno(a) do Ensino Médio Público**: protagonista coletivo da gestão escolar. Trabalho apresentado em sessão de comunicação, no 25º Simpósio Brasileiro e 2º Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação. São Paulo. Abril de 2011 (26 a 30). Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0206.pdf>> Acesso em 21 jul., 2015.

LEDESMA, M. R. K. **Gestão escolar**: desafios dos tempos. 2008. 157f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MONLEVADE, João. **Gestão democrática da educação**. Salto para o Futuro, Ministério da Educação. OUTUBRO 2005. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ppi/lib/exe/fetch.php?media=textos:03_gestao_democratica_textos.pdf> Acesso em 20 jul., 2015.

MOURA Marcilene Rosa Leandro. **O Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática**: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas? Revista de Ciências da Educação - UNISAL - Americana/SP - Ano XII - Nº 23 - 2º Semestre/2010 Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/70>> Acesso em 23 jul., 2015.

PARO, Vitor Henrique. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. In: Vitor Henrique Paro. Escritos sobre Educação. São Paulo: Xamã, 2005.

PRAIS, M. L. M. **Administração colegiada na escola pública**. 5 ed. Campinas: Papyrus, 2010.

RIBEIRO, Elisa. A perspectiva da entrevista na investigação qualitativa. *In: Evidência, olhares e pesquisas em saberes educacionais*. Número 4, maio de 2008. Araxá. Centro Universitário do Planalto de Araxá.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa ação?** Artigo impresso, s.d.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**: para além da teoria da vara. ANDE – Revista da Associação Nacional de Educação, ano I, nº 3, São Paulo: Cortez, 1982.

SEMPREBOM, Sílvia Maria Pires; RIBEIRO, Fábio Viana. Juventude e participação. 2008. Disponível em: <http://www.crc.uem.br/pedagogia/documentos/tcc_2010/gislaine_pavao.pdf> Acesso em: 18 jul., 2015.

SOUZA, Débora Quetti Marques de. Gestão democrática da escola pública: desafios e perspectiva. UFPE. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/328_174.pdf> Acesso em 21 jul., 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. **Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação.** Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd, Caxambu. Setembro de 1999. Publicado em: Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/Abr. 2000, nº 13. Disponível em: <http://anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE13/RBDE13_06_MARILIA_PONTES_SPOSITO.pdf> Acesso em 24 jul., 2015.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa ação.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação.** Rev. Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>> Acesso em 20 jul., 2015.

VEIGA, Ilma P. A.; CARVALHO, M. Helena S.O. **A formação de profissionais da educação.** Subsídios para uma proposta de educação integral à criança em sua dimensão pedagógica. Brasília: MEC, 1994.

VEIGA, Zilah Passos Alencastro. **As Instâncias Colegiadas da Escola.** In: Veiga, Ilma Passos Alencastro (org.). Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A –Instrumento de coleta de dados: Questionário para ser aplicado com Alunos da Escola Estadual de Educação Básica Menino Deus, com o objetivo de reativar o Grêmio Estudantil

1. Você sabe o que é o Grêmio Estudantil?
() Sim () Não

2. Você acha que o Grêmio Estudantil pode fazer a diferença na escola?
() Sim () Não

3. Para você, o mais importante para fazer parte do Grêmio Estudantil é:
() Criatividade
() Escutar o outro
() Boas ideias
() Atitude (tomar providências)
() Organização
() Responsabilidade
() Respeito
() Outro: _____

4. Para formar o Grêmio Estudantil, o que você acha mais importante?
() Discutir sobre a escola e temas discutidos
() Desenvolver projetos
() Valorizar a opinião dos alunos
() Garantir a participação dos alunos
() Outros: _____

5. Você acha que o Grêmio Estudantil deveria existir na escola?
() Sim () Não

6. Você acha que um grupo de alunos pode fazer a diferença na escola?
() Sim () Não

7. Você acha que a escola precisa de um bom grupo de alunos?

Sim Não

8. Para quê?

Fazer melhorias na escola

Para haver maior participação dos alunos

Desenvolver ideias para a melhor organização da escola

Colocar em prática as propostas dos alunos

Valorizar talentos diferentes

Outros: _____

9. O que você acha que precisa melhorar na escola?

Segurança

Rampa de acesso aos deficientes

Reformas no prédio

Divulgação dos projetos da escola

Refeições

Carteiras novas

Respeito aos funcionários

Respeito aos professores

Comportamento dos alunos

Outro: _____